



Ser Humano e Natureza na Teologia Cristã: “Quando fizestes a um lençol freático, a mim me fizestes”

Human being and Nature in Christian Theology: “as you do something to the water table you do it to me”

Orivaldo Pimentel Lopes Junior *

Resumo

A utilização de um texto bíblico por um senador para justificar sua oposição a medidas de proteção ambiental é pretexto para uma série de considerações acerca da Teologia cristã sobre o meio-ambiente, e a relação entre religião e sociedade. Três questões são levantadas: a pretensa separação dos humanos da natureza, a pretensa homogeneização do “ser humano”, e a pretensa simplicidade da interpretação teológica de um texto sagrado. O emprego dos verbos hebraicos KABASH e RADAHA abre uma discussão sobre o sentido da dominação na teologia cristã, a partir do princípio hermenêutico básico de que o todo das Escrituras Sagradas deve ser interpretado à luz da revelação maior em Cristo. A partir daí, o artigo propõe uma articulação de parlamentos, como seria o caso de um parlamento teológico, para tratar de argumentos desse tipo, promovida a partir do Senado Federal para nortear decisões que afetam o bem-estar da sociedade como um todo.

Palavras-chave: Ser humano, Natureza, Teologia cristã, Religião, Sociedade

Abstract

The use of a biblical text by a Senator to justify his opposition to environmental protection measures works as a pretext for a series of considerations about Christian theology on environment, as well as the relationship between religion and society. Three questions are to put: the alleged separation of humans from nature, the alleged homogeneity of the "human being", and the assumed simplicity of the theological interpretation of a sacred text. The use of following Hebrew verbs KABASH and RADAHA opens a discussion about the meaning of domination in Christian theology, from the basic hermeneutic principle that Sacred Scriptures must be interpreted in the light of Christ Revelation. Thereafter, this article proposes an articulation of parliaments, as in the case of a theological parliament happen to deal with these kind of arguments, to be promoted from the Senate in order to guide decisions that affect the welfare of society as a whole.

Key words: Human beings, Nature, Christian Theology, Religion, Society

Artigo recebido em 01 de julho de 2010 e aprovado em 08 de setembro 2010.

* Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil(2003). Atuação em Fundamentos da Sociologia, com ênfase em Teoria Sociológica. Dirigente do Igreja Batista Viva , Brasil. E-mail: orivaldojr@yahoo.com.br.

Introdução

No início de 2009, um Senador de Rondônia ocupou a tribuna do Senado Federal e leu a seguinte passagem bíblica:

Criou Deus, pois, o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou. E Deus os abençoou e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todo animal que rasteja pela terra. E disse Deus ainda: Eis que vos tenho dado todas as ervas que dão semente e se acham na superfície de toda a terra e todas as árvores em que há fruto que dê semente; isso vos será para mantimento. E a todos os animais da terra, e a todas as aves dos céus, e a todos os répteis da terra, em que há fôlego de vida, toda erva verde lhes será para mantimento. E assim se fez. Viu Deus tudo quanto fizera, e eis que era muito bom. Houve tarde e manhã, o sexto dia. (GÊNESIS, 1.27-31).

Ao terminar a leitura, o senador acrescentou: “O ser humano é parte do meio ambiente, mas é uma parte especial: ele tem a prerrogativa divina de dominar a natureza”. Ao tecer esse raciocínio, o senador, da bancada ruralista do Congresso, estava defendendo a ideia de que, se tivermos que escolher entre o homem e a natureza, temos que optar pelo homem. A princípio, nada há de problemático com essa ideia, porém ela esconde pelo menos três equívocos. O objetivo deste artigo é, brevemente, refletir sobre esses equívocos e suas implicações.

1 Equívocos de uma ideia

Em primeiro lugar, apesar de o senador ter iniciado seu discurso defendendo a inseparabilidade entre ser humano e natureza, logo em seguida ele contrapõe um à outra, e dá preferência ao primeiro em relação à segunda. Não são separáveis, mas são tão distintos que podem opor-se mutuamente, a ponto de ser necessário, algumas vezes, atacar uma para proteger o outro. Dois elementos distintos, mas inseparáveis, como ser humano e natureza, quando são colocados numa oposição desse tipo, deixam de ser distintos e passam a ser desajuntados. Trata-se aqui de uma diferenciação importante a ser feita entre distinção e

disjunção. A distinção entre ser humano e natureza aconteceu pela peculiaridade simbólica da apropriação do mundo feita pelo ser humano, em contradição com a apropriação imediata da natureza. Porém, apesar dessa distinção, não é possível desarraigar o ser humano da natureza. Tal distinção forte provoca a disjunção, e essa, por sua vez, leva ao raciocínio de que, se tivermos de escolher entre um e outro, devemos escolher o ser humano. Ora, elementos que se integram do modo como natureza e humanidade o fazem não são passíveis de disjunção, como sugere o senador ruralista.

Isso nos leva a supor que essa disjunção acontece num contexto de exploração, ou seja, porque atende a determinados interesses econômicos. O movimento ambientalista, contrariamente ao dos ruralistas, não separa o ser humano da natureza, embora reconheça a distinção. A escolha entre um desses elementos é trágica e disfuncional, tal como diversas disjunções típicas do racionalismo da modernidade: sujeito-objeto, espírito-matéria, corporemente, ciência-religião...

Em segundo lugar, ao dizer que se deve procurar prioritariamente o bem-estar dos seres humanos em prejuízo da natureza, se necessário, o senador cria uma falsa categoria – os seres humanos – como se esses formassem um bloco unitário absolutamente homogêneo. Quem são os seres humanos que o senador imagina que estariam ameaçados pelas “forças hostis da natureza”? Seriam, por acaso, os índios? Talvez os pequenos proprietários rurais? Seriam os empregados das grandes corporações do agronegócio? Ou, quem sabe, as novas gerações que crescerão num quadro de escassez de água e ar puro, num planeta superaquecido? Não, provavelmente não seriam *esses* seres humanos.

O senador fala da humanidade, mas está se referindo a uma parte específica dela: a dos grandes proprietários rurais, a dos grileiros, a dos donos de madeiras e de empresas de garimpo, e dos respectivos investidores. De modo que, quando o senador se levanta para defender “o ser humano” em detrimento da natureza, na verdade ele está defendendo alguns seres humanos, entre os quais ele se inclui, em detrimento da natureza e de outro grupo imenso de seres humanos que são inseparáveis da natureza.

Finalmente, o senador ruralista usa a Bíblia para dar suporte a seu raciocínio. Porém, o uso que ele faz da Bíblia é, como todo o argumento, ideológico. Isso abre um importante tema para discussão: seria a religião mais propensa a discursos ideológicos que justifiquem atitudes capazes de beneficiar apenas os produtores daquele discurso? Os

evangelhos discutem essa questão quando enquadram os escribas e fariseus como produtores de um discurso religioso que beneficiava apenas a eles mesmos, enquanto profissionais da religião, e àqueles que os sustentavam: os saduceus, ou o alto clero, um grupo alinhado com o Império Romano. Jesus questionou essa produção de um discurso em benefício próprio, ou melhor, a utilização inadequada de textos sagrados para a criação de normas que só poderiam ser seguidas por quem as produziu. Com isso, os profissionais da religião podiam manter a distinção entre eles, santos, e os demais, pecadores, e justificarem seu *status* na estrutura nacional judaica.

O argumento do senador de Rondônia foi o de que Deus deu ao homem o direito de dominação sobre a natureza, portanto, como ele está amparado num decreto divino, pode destruir à vontade. Para dizer isso, Ele se baseia em Gênesis, 1.28: “E Deus os abençoou e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todo animal que rasteja pela terra”.

Todos os que têm a Bíblia como referência importante para sua vida concordarão com o senador, pois isso está realmente escrito em Gênesis, capítulo um. Como um texto se presta a muitas interpretações, um leitor fiel das Escrituras Sagradas judaico-cristãs, e que seja também um militante ambiental, por exemplo, debruçar-se-ia sobre o texto tentando encontrar um outro sentido para essas palavras. Leonardo Boff, por exemplo, insiste que o sentido dessas palavras é o de cuidado, e não de dominação.

Para dizer “sujeitar a terra”, o texto emprega o verbo “*kabash*”; e para dizer “dominar as criaturas”, o verbo “*radah*”. Esses verbos, sempre que são empregados no Velho Testamento, significam, respectivamente “submeter, subjugar, dominar”. Não dá para transformar em “cuidar”, mesmo que não exista, no hebraico do Velho Testamento, uma palavra com esse sentido.

De um ponto de vista da teologia cristã, o texto inteiro do Velho e do Novo Testamento deve ser interpretado à luz do sentido que Jesus Cristo deu às palavras e aos conceitos. O evangelho de João mostra claramente o sentido que Jesus dava às palavras “submeter, subjugar e dominar”. No capítulo 13, depois de lavar os pés de seus discípulos, ele lhes diz: “Vocês me chamam de Mestre e Senhor, e dizem bem, porque eu o sou. Ora, se eu, sendo o Senhor e o Mestre, lavei os pés de vocês, de igual forma vocês também devem lavar os pés uns dos outros” (JOÃO, 13).

Jesus não se chama a si mesmo de “servo e *cuidador*”, e nem corrige seus discípulos por não o chamarem assim. Ele se coloca na posição de ser o subjogador e o dominador por excelência, porém ele inverte o sentido dessas palavras: ser senhor, subjogador, mestre e dominador é lavar os pés das outras pessoas. Essa compreensão de Cristo é passada nos evangelhos, porém trata-se de algo tão difícil de se perceber, que normalmente a versão mais difundida é a oposta. Provavelmente é o evangelho de João que explicita essa visão teológica, e a aplica ao próprio Deus, ao colocar nos lábios de Jesus a frase: “Quem me vê a mim vê aquele que me enviou” (JOÃO, 12.45). Ser dominador, no sentido trazido por Cristo, e que é entendido pelos cristãos como a revelação suprema, é ser um cuidador, um protetor.

Os cristãos não precisam remover as palavras “*kabash*” (subjugar) e “*radah*” (dominar), nem mesmo se sentir desconfortáveis com elas, pois podem, se quiserem seguir o princípio hermenêutico de Cristo como critério, dar a essas palavras o sentido de “servir e cuidar”. A teologia cristã aponta para o fato de que a grande revolução que Cristo trouxe ao mundo foi a revolução do sentido das palavras. Encontramos nos evangelhos expressões do tipo: “o último é o primeiro”, “o menor é o maior”, “os que sofrem são os que são felizes”, “quem perde ganha”...

Esse princípio fica bem ilustrado na parábola do evangelho de Mateus, capítulo 25, onde várias pessoas são surpreendidas no dia do Juízo, sendo criticadas ou elogiadas por não terem alimentado, dado água, hospedado, vestido, ou visitado Jesus quando ele esteve enfermo ou na prisão. Todos se surpreendem, e Jesus diz: “Sempre que o fizestes, ou deixastes de fazer a um destes meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes ou deixastes de fazer”.

2 Agressão às águas

O teólogo Eugene Peterson constrói seu livro *A maldição do Cristo genérico*, inspirado numa ideia trazida por um soneto do poeta e padre jesuíta Gerard Manely Hopkins, o qual declara: “Pois Cristo atua em dez mil lugares...” (PETERSON, 2007, p. 14). Para esse teólogo, não é só em pessoas famintas, sedentas, estrangeiras, nuas, doentes e presas que Cristo se esconde, mas também em toda a natureza.

Seguindo esse raciocínio, poderíamos acrescentar à lista das seis virtudes, 9994 outras que dariam origem a sentenças como “você me apedrejou como a um animal”, “você me cortou como a uma árvore”, “você me poluiu como a um lençol freático”, e por isso todos estão condenados, “pois todas as vezes que fizeram a um animal, a uma árvore ou a um lençol freático, a mim me fizeram”. E o contrário, seremos bem-vindos graças à atitude cuidadosa que tivemos para com esses seres.

Pedro, o discípulo de Cristo, teve a mesma dificuldade que nosso senador teria em compreender isso. Primeiro ele recusou ter seus pés lavados, pois ele tinha Jesus como mestre e senhor, e em sua concepção de mestre e senhor, Jesus não poderia fazer aquilo. Talvez ele almejasse um dia a essa posição, e temesse não poder aproveitar os benefícios que dela adviriam. Porém, no relato dos evangelhos esse não foi o fim da história, pois Cristo reaparece a Pedro após a ressurreição e o convida a mudar sua opinião acerca do sentido das palavras mestre, senhor, subjugador e dominador. Segundo o relato dos evangelhos, Pedro aceita a proposta e a ela se converte.

Um sentido de cuidado e serviço associado às palavras “subjugar” e “dominar” alteraria completamente o argumento do senador de Rondônia, ou pelo menos, muito o enfraqueceria. Essa perspectiva teológica preserva a utilização ideológica de textos sagrados, restabelecendo sua força transformadora.

3 É o fim do mundo!

Já no começo dos anos 1970, o teólogo evangélico conservador Francis Shaeffer demonstrara que a espiritualidade cristã se havia desenvolvido numa postura antinatureza e, por conta disso, não tinha preocupações ecológicas, nem via na ecologia um caminho para expressar sua fé. Tal postura advinha de muitos teólogos da Idade Média que viam valor somente no céu, não atribuindo importância alguma à natureza. Porém, mesmo naquela época, havia vozes dissonantes que conduziam as interpretações oficiais para a direção inversa, como é o caso da teóloga, abadessa e artista Hildegard Von Bingen (1098-1179).

A arte renascentista, mesmo a que foi praticada estritamente no âmbito religioso, começou a recuperar o valor da natureza, porém com a postura disjuntiva da modernidade, a religião retornou à espiritualidade que menosprezava a natureza e enfatizava o

transcendentalismo. De certa forma, era a espiritualidade adequada para a revolução industrial. No século XX, o fundamentalismo se firmou a partir de uma batalha contra a biologia, e em especial contra o evolucionismo.

A atitude de alienação das igrejas cristãs em relação ao meio ambiente levou os movimentos ecológicos a procurarem expressividade e força simbólica em religiosidades não cristãs, como, por exemplo, o panteísmo e o animismo. Muitos movimentos ambientalistas tornaram-se quase religiosos em sua abordagem, trazendo das religiões justamente seu lado mais dogmático, o que dificultou a sua aceitação pela academia.

Os teólogos cristãos foram convocados a criticar os dogmas fundamentalistas, trazendo à lembrança a doutrina da criação, não como contraposição à teoria da evolução, mas como valorização da criação como obra de Deus e, portanto, portadora de sacralidade. Contudo, no extremo oposto dos temas da teologia sistemática está a escatologia, ou a teologia das últimas coisas. Nela também havia uma visão negativa da natureza, baseada num versículo de uma das cartas de Pedro, o qual profetizava que o fim do mundo aconteceria pelo fogo. A primeira reação dos teólogos não fundamentalistas foi a de criticar o sentido do fogo, que estava sendo tomado literalmente quando o contexto exigia uma compreensão simbólica, dentro do campo semântico de julgamento.

Porém, a preferência pelo texto do fogo é sintomática, pois existem outras passagens sobre a escatologia que propõem uma ideia muito mais positiva acerca do futuro do cosmo. O apóstolo Paulo, por exemplo, no oitavo capítulo de sua carta aos Romanos, afirma que o cosmos está gemendo, esperando sua libertação das forças da vacuidade. A ideia do gemido aponta para uma sensibilidade ecológica muito avançada para um escrito do primeiro século. Na concepção da teologia bíblica paulina, a natureza, assim como o corpo humano, ainda não é uma *oikos*, isto é, uma “casa”, mas uma *skenos*, ou seja, uma “barraca”. O fim do mundo, em sua concepção, vai transformar a barraca em casa (II CORÍNTIOS, 5.4). Só então teremos realmente uma eco (*oikos*)logia. Por enquanto, temos apenas uma *skenologia*. Em sua visão, a natureza é maravilhosa, mas ainda tem muito espaço vago, e vai ficar melhor, na mesma proporção que uma casa é melhor que uma barraca. Portanto, na concepção da teologia paulina, no futuro a criação será consumada e não consumida.

Conclusão

Uma concepção teológica, expressa no parlamento maior da política brasileira, usada para justificar uma atitude antiecológica, suscita a reflexão de que a teologia não está circunscrita ao campo eclesiástico-religioso. Alguém poderia sugerir que ela se limitasse exclusivamente a esse espaço, com isso não serviria de base ideológica para uma atuação exploradora. Só que nesse caso, outra disjunção se operaria. A pretensa exclusão do discurso mítico, sua negação como hierarquicamente inferior ao discurso científico, é outra das disjunções da modernidade que produziram mais ideologia do que superações.

O esforço, contudo, para o estabelecimento de sentidos transformadores e não conformadores vai ser sempre interno. Um discurso contra-ideológico no parlamento deveria recorrer a esse discurso interno, e não simplesmente invalidar o discurso religioso como um todo. O mesmo pode-se dizer de outros campos do saber: se um senador recorre a um meteorologista para dizer que não existe aquecimento global, o defensor de um argumento diverso não precisaria invalidar a meteorologia como um todo, mas convocar outros meteorologistas para apresentarem outras interpretações. Tudo esclarecido, o parlamento teria condições de decidir melhor.

O parlamento político tem a obrigação democrática de convocar os outros parlamentos da sociedade a dialogarem, para possibilitar a contribuição de todos para a melhoria do mundo. São muitas as instâncias produtoras do saber: as mítico-religiosas, as científicas, as da tradição, as da arte... O parlamento político pode não ser versado em todas as esferas da cultura, mas pode colocá-las em discussão para no fim decidir com mais sabedoria. A crise ecológica planetária exige que iniciativas assim sejam tomadas.

Referências

BÍBLIA SAGRADA (Edição Revista e Corrigida). Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1970.

BOFF, L. **Do Iceberg à Arca de Noé: o nascimento de uma ética Planetária**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BRITO, Paulo R. Borges; MAZZONI-VIVEIROS, Solange C. (Orgs.). **Missão Integral:**

ecologia e sociedade. São Paulo: w4 Editora, 2006.

KÜNG, Hans. **Projeto de Ética mundial**. São Paulo: Paulinas, 1993.

LOPES JR. Orivaldo P. As Ciências do dialógico. Revista **Cronos**, v. 3, n.1, 2002.

LOPES JR. Orivaldo P. **O espelho de Procrusto**: estudos religionistas, igrejas evangélicas e conhecimento científico. Tese doutoral: PUCS, 2003.

LOVELOCK, James. **A vingança de Gaia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.

MATEOS, J.; BARRETO, J. **O evangelho de São João**. São Paulo: Paulinas, 1989.

MORIN, Edgar. **O Método** (6 volumes). Porto Alegre: Sulinas, 2003.

MORIN, Edgar. **Sociologia**: a sociologia do microsocial ao macroplanetário. Lisboa: Europa-América, 1988.

PETERSON, Eugene H. **A maldição do Cristo genérico**. São Paulo: Mundo Cristão, 2007.

SCHAEFFER, Francis A. **Poluição e morte do homem**: uma perspectiva cristã da ecologia. Rio de Janeiro: JUERP, 1976.

STENGERS, Isabelle. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: Editora 34, 2002.